



PROCESSO Nº 4643/2023
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023

Julgamento de Recurso impetrado pela Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Baixão
CNPJ nº 12.842.480/0001-17

Objeto: Seleção de Quadrilhas Estilizadas para os Festejos Juninos de Arapiraca, Alagoas – São João de Arapiraca 2023.

Trata o presente expediente de Recurso acerca do Julgamento Preliminar do Processo nº 4643/2023, Chamamento Público nº 003/2023, apresentado pela Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Baixão, CNPJ nº 12.842.480/0001-17.

DO RECEBIMENTO DA PEÇA

Cumprir destacar que o Recurso foi recebido pela Comissão Permanente de Licitação, tempestivamente, tendo sido autuado através do Chamamento Público nº 003/2023 e que esta Comissão Permanente de Licitação abriu prazo para contrarrazões, dando oportunidade aos interessados de apresentar defesa, caso julgassem necessário.

DO CONTEÚDO DO RECURSO

Em sua fundamentação, a recorrente afirma, in verbis:

1. Com nossos cordiais cumprimentos, é com imensa satisfação que a Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Baixão, constituída e com efetivo funcionamento no município de Arapiraca há mais de 36 anos, Órgão de Utilidade Pública Municipal através da Lei 3.091/2015 e Utilidade Pública Estadual através da Lei 7.756/2015, é importante salientar que a AMOBB possui registro no Conselho de Assistência Social de Arapiraca e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Arapiraca, além de possuir representação no Fórum Permanente dos Direitos da Criança e do Adolescente de Alagoas e no Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piauí, também possuímos certificação CEBAS, o que nos dá prioridade em editais e chamamentos públicos devido ao trabalho realizado e público atendido. Dessa maneira, expomos as seguintes situações:



– Entregamos um vasto projeto, com mais de 30 (trinta) matérias jornalísticas, em sites de grande circulação, jornal, rádios e televisão, além de todo o currículo de atividades desenvolvida pela Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Baixão, prova disso é o reconhecimento que temos nas mais diversas áreas que atuamos, dessa forma diante de tudo que foi apresentado, pedimos a reconsideração das notas e uma reanálise.

– Nosso tema como nosso projeto pode apresentar será contar um pouco do tradicionalismo das festas juninas e mostrar todo amor dos nossos brincantes, foram quase 6 páginas de projeto técnico com todas as informações possíveis, então ficamos triste com as notas obtidas nesse quesito.

– Nossa instituição tem comprovadamente mais de 30 anos de atuação na cidade de Arapiraca, não só na área cultural onde somos referência, como na área socioassistencial, com o grupo da Quadrilha Junina Gonzagão desde 2011, realizamos o trabalho com as crianças e adolescentes da comunidade, desta forma acreditamos que houve uma falha na nota dos 3 julgadores, uma vez que como temos mais de 11 anos de atuação especificamente com a Quadrilha, conforme edital merecíamos ter pontuado de forma máxima no item c) que trata do tempo de atuação.

– Conforme nosso projeto, nosso figurino, adereços e cenários serão demonstrado todo o tradicionalismo e popularidades dos festejos juninos, a nota obtida nesse critério não satisfaz o belíssimo projeto que entregamos.

- Diante de tudo que foi pontuado e entendendo a seriedade e o comprometimento da Comissão Julgadora e da Comissão de Licitação de Arapiraca, com base no resultado no dia 22 de maio de 2023 no Diário Oficial dos Municípios Alagoanos, viemos solicitamos que seja reanalisado o projeto e as notas computadas de forma correta para que não sejamos prejudicados por algum equívoco que possa ter vindo a ocorrer e alguma falha.



DO MÉRITO

Preliminarmente, é conhecido que a licitação, como procedimento administrativo, deve obedecer aos ditames constitucionais, aos princípios gerais de direito e à lei, aqui citando particularmente a Lei Federal nº 8666/93.

Esta Comissão Permanente de Licitação agiu com estrita observância aos princípios básicos descritos no artigo 3º da mesma lei, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e os que lhes são correlatos.

Cumprе esclarecer que o edital é a lei interna da Licitação, sendo inconcebível que o órgão público fixe as regras e modos de participação dos licitantes e no transcorrer do procedimento licitatório ou em seu julgamento se afaste do estabelecido em Edital, ou admita proposta ou documentação em desacordo com as regras estabelecidas.

A vinculação ao edital que regulamenta o certame licitatório é uma garantia constitucional, e irá orientar a atuação tanto do órgão promotor da licitação quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei nº 8666/93, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei, que assim estabelece: "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RECURSO

Considerando que o questionamento é referente a seleção técnica, a Comissão Permanente de Licitação encaminhou o recurso à Comissão de Seleção Técnica nomeada através da Portaria nº 447/2023 para análise.

Conforme Parecer Técnico emitido, a Comissão de Seleção Técnica entendeu que o recurso impetrado pela Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Baixão, CNPJ nº 12.842.480/0001-17, **NÃO DEVE** prosperar, tendo em vista o adiante exposto:

"....

Já acerca do Recurso interposto pela Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Baixão, CNPJ nº 12.842.480/0001-17, **entendemos que as notas atribuídas obedeceram fielmente aos critérios do edital, não havendo nenhuma retificação a ser realizada.** (Grifo nosso).

DA CONCLUSÃO

1. Assim, em face das razões trazidas no presente, **INDEFERIMOS** o pedido formulado pela



RECORRENTE, mantendo, para o caso em questão, o posicionamento inicial, expressado através da Ata Julgamento Preliminar.

2. Que o presente julgamento, com a peça recursal apresentada, seja anexado ao processo principal;
3. Que seja ainda disponibilizado o presente julgado aos interessados; e
4. Por fim, que a presente decisão seja encaminhada à apreciação do Chefe do Poder Executivo Municipal, a quem caberá a decisão final.

Arapiraca, 01 de junho de 2023

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Micheline Rodrigues de Sousa Oliveira
MICHELINY RODRIGUES DE SOUSA OLIVEIRA
Presidente Substituta da CPL

Kerley Larisse Lima Santana
KERLEY LARISSE LIMA SANTANA
Membro da CPL

Isabela Kethelen Gomes Cavalcante Montes
ISABELA KETHELEN GOMES CAVALCANTE MONTES
Membro da CPL